

## A militância contra a impotência



Por **ADEMAR BOGO\***

*Vivemos um novo retrocesso sistêmico, político, religioso, ideológico e cultural; os ataques e ameaças contra a vida vêm de todos os lados*

“A sociedade atual, onde os renascimentos e os sentimentos religiosos primitivos, bem como o legado das revoluções, estão à venda no mercado; onde os chefes fascistas negociam atrás das portas o território e a vida das nações, enquanto o público esperto calcula o preço no rádio; a sociedade, onde a palavra que a desmascara se legitima por isso mesmo como recomendação para a admissão no banditismo político; essa sociedade, na qual a política não é mais somente um negócio, mas o negócio é a política inteira – essa sociedade se toma de indignação contra o retrógrado mercantilismo do judeu e designa-o como o materialismo, o traficante, que deve recuar diante do fogo sagrado daqueles que erigiram o negócio em algo absoluto”.

O parágrafo acima, de conteúdo tão atual, pertence a Adorno e Horkheimer, membros da Escola de Frankfurt, publicado em 1947, no livro *Dialética do esclarecimento*. E, de imediato nos mostra, o poder do poder político, no capitalismo, de marcar as épocas com revisitações ao retrocesso.

Não é estranho ver o renascimento do poder da religião através das seitas religiosas, quando a Teologia da Libertação havia ensinado a organizar as Comunidades Eclesiais de Base? E, o legado das revoluções trocados na liberalidade do mercado como se ele pudesse incluir as massas empobrecidas na sociedade de consumo, defendido também pelos governos ditos populares? Ou ainda, os chefes fascistas no poder, não estão novamente atrás das portas, representadas pelas mentiras contadas nas redes sociais, enquanto privatizam o resto do patrimônio público e fazem as reformas usurpadoras dos direitos sociais, enquanto as esquerdas comemoram a derrota do voto impresso e a volta das coligações? Não vivemos por acaso um requentado processo de banditismo político, como foram as “Centúrias Negras” na Rússia depois da Revolução de 1905, aqui associando grupos paramilitares, milícias, militares, políticos e governantes, tendo até presidente de partido político conclamando as forças do atraso a se levantarem em armas para derrubarem as instituições e entrarem definitivamente no “estado de terror”? Temos ou não temos uma política mercantilizada que passa por dentro dos ministérios, cuja base é permeada de sujeitos do crime organizado, militares, religiosos e agentes do mercado paralelo, movido pelas propinas?

Quando as forças criminosas aprendem a manejar a política e a fazê-la fluir como fluem os negócios no mercado, é evidente que entramos em um tempo de retrocesso, mas, não é qualquer retrocesso, é um retrocesso que forma bases estruturadas permanentes para funcionarem como pequenos reinados, culturalmente aceitos pelas populações dominadas. Logo, aquilo que filosoficamente vínhamos denominando de “barbárie”, podemos já visualizar como “política do terror”. Os dados mostram que a vida nos países latino americanos está se tornando insustentável. Somente no mês de Março de 2021 foram detidas na fronteira entre o México e os Estados Unidos da América, 171 mil pessoas que migravam ilegalmente, fugindo do terror da América Central.

O agravante, para a nossa realidade brasileira, é que, se no passado a implantação do Estado e das instituições foi uma reivindicação burguesa para garantir o funcionamento da sociedade desigual, na atualidade são as forças de esquerda que, abandonando os princípios revolucionários ocupam-se em mendigar votos da população para sustentarem o “jogo democrático” na oficialidade, quando o campeonato verdadeiro está sendo disputado na ilegalidade.

É nesse sentido que nos dizem ainda os autores do primeiro parágrafo, que “a impotência atrai o inimigo da impotência”. Ou seja, quanto mais impotentes somos, quanto mais medo demonstrarmos, mais os inimigos avançam, porque não vislumbram do lado oposto, nenhuma demonstração de resistência. É como se o ladrão acha-se a esquecida porta aberta pelo morador que saiu para o trabalho. Neste sentido, contra os tanques coloca-se a esperança do poder judiciário declarar o golpe de Estado ilegal e, contra a demência do Palácio do Planalto, a trincheira das eleições presidenciais de 2022.

É verdade que a política eficiente combate os males da política. Mas, não se faz política sem força. Desde Napoleão Bonaparte, quando instituiu o “exército popular”, permitindo a qualquer sujeito do povo tornar-se um soldado, é que também se pôde começar a fazer política com as massas dirigidas pela “militância” (soldados da ação), organizada partidariamente a favor do todo e combatente das facções interessadas na defesa de si mesmas e contra o todo.

Na atualidade, universalmente, as representações partidárias assemelham-se às facções e passaram a funcionar sem os “soldados da ação” (militância) e, posicionando-se sempre e prioritariamente a favor de si mesmas, contra o todo. É contra essa impotência que devemos reagir também, porque ela é tão malévola quanto a política do crime, pois, a maioria dos representantes eleitos, além de tornarem-se incontroláveis, sobrevivem também dos negócios da política.

No entanto, não há como fazer política, estruturar processos de mudanças, elevar o nível de consciência dos cidadãos e projetar a conquista do poder, sem uma organização partidária. Ela pode ter qualquer denominação, mas, acima de tudo, deve ser uma parte da sociedade, com posição de classe, solidamente organizada e disposta a lutar a favor do todo. Isso é o suficiente dizer, para nos diferenciarmos das posições retrogradadas que querem fechar o Congresso Nacional e cancelar os partidos políticos. Nós também acreditamos parcialmente, mas, enquanto eles têm como finalidade o totalitarismo, nós temos em mente alcançar a democracia na forma revolucionária.

A essa forma partidária atual expressa pelas “facções” que, na sua grande maioria, empenham-se em garantir a presença de representantes no Congresso Nacional, para apossarem-se da parcela cada vez maior do “Fundo partidário”, e têm como prioridade defenderem o “Estado de Direito”, devemos perguntar: a que “Estado de Direito” se referem? Daquele garantidor do funcionamento do capitalismo? Daquele preservador dos privilégios dos marechais, dos generais e de seus descendentes? Daquele assegurador apenas das eleições, mas nunca da verdadeira democracia? Daquele defensor do direito de ir e vir para a população branca, componente da classe média para cima, enquanto as populações pretas e faveladas vivem eternamente sob o totalitarismo policial e miliciano?

Podemos afirmar uma aparente aberração de que, “não há futuro sem futuro”; no entanto, faz todo o sentido, se entendemos que nada de novo será construído se ficarmos reféns da direção das forças decadentes e impotentes. Ou seja, qual é o futuro da impotência? A resposta foi dada a cima: atrair ainda mais os inimigos. Esse é um futuro sem futuro.

O futuro com futuro garante-se enfrentando a própria impotência, insurgindo-se contra os inimigos. Esse enfrentamento começa pelas disputas territoriais, contra as forças do crime e das seitas religiosas. A militância somente será reconstruída com uma nova experiência de trabalho de base. No passado, as aglutinações clandestinas eram chamadas, ainda no século primeiro de “grupos dos cristãos”; no início do cristianismo para lutarem contra o Império Romano e ficaram por trezentos anos atuando clandestinamente; no Brasil, no período colonial tivemos os Quilombos; na Rússia para a Revolução de 1917, as “células”, mais próximos, aqui tivemos “núcleos” e até “grupo dos onze” para lutar contra o imperialismo e as ditaduras. Vivemos um novo retrocesso sistêmico, político, religioso, ideológico e cultural; os ataques e ameaças contra a vida vêm de todos os lados, somente a estruturação de práticas conspirativas pode garantir a superação da política do crime e emancipar os trabalhadores.

**\*Ademar Bogo** é doutor em filosofia pela UFBA e professor universitário.